



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades

A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA É UMA UNIVERSIDADE CATÓLICA? RELATÓRIO PRELIMINAR

COSTA, Joaquim

Doutoramento em Sociologia

Universidade do Minho

ajbfjc@ics.uminho.pt

Resumo

A doutrina da Igreja define o que deve ser uma universidade católica. E as próprias universidades católicas (UCs) têm Estatutos que definem a sua identidade. Da documentação vaticana resultam obrigações genéricas mas claras. Exemplos: na formação e na investigação deve existir interdisciplinaridade, a qual conterà uma perspectiva teológica e filosófica; os alunos deverão, tanto quanto possível, tornar-se “homens verdadeiramente eminentes pela doutrina” e pelo testemunho da fé, bem como promover a Doutrina Social da Igreja (DSI).

Os Estatutos da UCP reafirmam as orientações da Santa Sé. No âmbito das ciências (sociais), as Faculdades de Economia e Gestão são um caso sensível: os seus cursos, com forte componente técnica, abrangem temática da DSI. É precisamente destas Faculdades da UCP que trata este estudo, o qual incluiu também oito UCs e três universidades protestantes estrangeiras e 6 universidades públicas portuguesas. Os dados são preliminares mas permitem algumas conclusões. A formação cristã (teológica e ética) tende a ser negligenciada; a filosófica, a ser eliminada; a técnica, a ser preponderante, acentuando-se à medida que subimos na escala académica e nos nichos de prestígio. Mesmo assim, a UCP situa-se acima das universidades públicas no ensino de matérias como ética (profana), economia social e história das ideias económicas. Pode-se, nalgumas circunstâncias, falar de um ensino secularizado na U.C.P.

Abstract

The Catholic doctrine defines what must be a Catholic university, and the Catholic universities have their own statutes that define their identity. Vatican documentation is clear but generic. Examples: teaching and research must be interdisciplinary, with a philosophical and theological perspective; students should, as far as possible, become “truly eminent men about doctrine” and faith, and promote the Catholic social teaching.

The Statutes of the UCP (Portuguese Catholic University) reaffirm the Vatican guidance. In the (social) sciences, the Colleges of Economics and Management are a sensitive case: their courses, with a strong technical component, cover the theme of Catholic social teaching. This paper is precisely about these colleges of the UCP, together with eight foreign Catholic universities, three foreign Protestant universities and six Portuguese public universities. The data are still preliminary but allow some conclusions. Christian teaching (theological and ethical) tends to be neglected and philosophical teaching tends to be eliminated; technical teaching is predominant, with a peak as you move up the reputation scale of academic post-graduations. Even so, the UCP is above public universities in teaching subjects such as (profane) ethics, social economy and history of economic ideas. It is adequate to conclude that, in some circumstances, there is a secular education in the UCP.

Palavras-chave: Universidade Católica; secularização; ensino profano; identidade católica

Keywords: Catholic University; secularization; profane teaching; Catholic identity

PAP0661

Faz já uma década que nutro especial curiosidade por certas instituições de filiação religiosa – não aquelas que prestam serviços propriamente religiosos, mas, antes, aquelas outras que, vinculadas de algum modo a uma igreja, vendem serviços profanos nas condições normais de mercado, isto é, competindo com outras instituições pela captação de clientes mediante uma certa relação custo/benefício alheia a considerações de fé. Como se sabe, é habitual estas instituições identificarem a sua origem através das designações que usam e ostentam, por vezes como marcas valiosas.

Um artigo de 1996, Maroy *et al*, estudava este tipo de mercado na Bélgica da época (já antes, em 1984, Rouleau tinha estudado algo semelhante no Quebec, com conclusões parecidas, embora menos sistematizadas).

O retrato obtido foi, pelo menos à primeira vista, contra-intuitivo: por um lado, baixavam os números relativos a prática religiosa, clérigos, religiosos e religiosas; por outro, aumentavam os dos serviços oferecidos por aquelas instituições, bem como o dos seus profissionais. Claro que se tratava, na maioria, de profissionais leigos contratados e disputados no mercado de trabalho em virtude de qualificações não religiosas. Como a clientela em geral pouco se preocupasse com a origem religiosa, ou não, dos serviços a que recorria, as organizações “cristãs”, pressionadas pela concorrência, tendiam a destacar na imagem pública, acima de tudo, a qualidade que ofereciam a nível de equipamentos, pessoal e seriedade. Em tal contexto, a referência cristã constituía uma marca valiosa no mercado, usada com o cuidado de se declarar aberta a utentes de todos os credos, sem discriminações. Como era de esperar, nas áreas de maior pendor técnico, as instituições cristãs, em termos de quotidiano, praticamente não se distinguiam das suas congéneres não cristãs. As próprias expressões culturais da fé – oração em comum, eucaristia, etc. – eram escassas e discretas, em nome de um pluralismo respeitador de todos, inclusive do pessoal interno, cujo recrutamento, além de técnico, era aferido por referências morais e não por certificados de confessionalidade (as excepções eram os mais altos cargos da hierarquia e os encarregados da acção pastoral); como a boa moral e a boa ética profissional são compatíveis com os valores cristãos, no fundo, qualquer bom profissional poderia ser recrutado. Assim se fazia “cultura de empresa” naquelas instituições.

As universidades católicas (UCs) são um tipo particular das instituições vistas acima. De facto, excluindo as especificamente eclesiais e, nas restantes, as Faculdades de Teologia e, até certo ponto, as de Filosofia, vendem formação científico-profissional profana, bem como serviços vários, em mercados abertos à competição. Mesmo nos casos em que beneficiam de subsídios estatais, têm de competir por eles com outras universidades. O mais curioso é que, frequentemente, têm sucesso em ambientes sócio-culturais secularizados, por vezes religiosamente indiferentes quando não hostis. É um documento da própria Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC) quem o reconhece: no Ocidente, foram criadas UCs em clima aparentemente adverso mas, de facto, dele inseparáveis; elas são o fruto do pluralismo moderno e não do catolicismo, o que coloca desde logo o problema da sua identidade (Boné, 2001, p.202).

Não foi por capricho que o episcopado belga criou, em 1965, uma comissão para estudar o sentido da UC em sociedades secularizadas. Estava-se numa época em que a questão se colocava com insistência nos meios católicos, e nem sempre a resposta era isenta de dúvidas. Seria uma universidade não eclesial o lugar legítimo de anúncio e celebração da fé? Como distinguir, sem tensões e sem isolamento mútuo, ciência e fé, reorganizando departamentos, separando autoridades, conciliando liberdade académica e fidelidade evangélica, modernizando a gestão (Kerkhops, 2001, pp. 86/8; Azevedo, 2001, pp. 71/2)? Em Portugal, o dilema em debate nos meios intelectuais católicos era: uma universidade católica ou católicos na universidade?ⁱ O problema manteve-se até hoje, com especial incidência naquela região europeia. Num documento da FIUC, Vincent Hanssens nota em certas universidades católicas belgas e holandesas propensão para manter discreta a sua origem confessional, a ponto de perguntar se a qualificação de “católica” não será apenas um hábito (Hanssens, 2001, pp.145/6). Há meses, o *site* da Universidade Católica flamenga de Lovaina (K.U.Leuven) tornou público que, após um ano de debate interno, foi decidido manter o vínculo à denominação católica, embora realçando o carácter aberto e pluralista da instituição. Actualmente, as outrora católicas Facultés Universitaires Saint-Louis, de Bruxelas, omitem, na sua apresentação electrónica, qualquer referência religiosa, inclusive na nota histórica disponível no *site*

institucional, apenas informando que possui, entre as suas escolas, a de Ciências Filosóficas e Religiosasⁱⁱ, o que só foi surpresa para quem não seguiu uma tendência manifesta nos últimos anos e que já tinha, por exemplo, suprimido a missa semanal no *campus* (Kerkhops, 2001, pp.105/6).

É verdade que a maioria das UCs não avançou por este processo de diluição ou, até, de dissolução, mas creio não errar se disser que, hoje, nenhuma delas deixa de colocar a si mesma a questão da sua identidade, empurrada pelos sinais do tempo. Na era da *Cristandade*, todas as universidades eram “católicas” e, por isso, não caíam na redundância de assim se designarem. Só muito mais tarde, no enfrentamento do anticlericalismo iluminista e positivista, é que nasceram as propriamente ditas universidades católicas como instrumento de combate de uma Igreja acossada a quem não bastava já lutar por manter colégios e seminários.

Nasceram daqui várias UCs na Europa dos séculos XIX e XX, quero dizer, universidades militantes, “católicas apenas”. E hoje? Hoje, como diz Hanssens (2011, pp.145), o adversário desapareceu. Se há combate a travar, é preciso perguntar contra o quê, por quê e como. Respostas há, mas são muitas, nem sempre conciliáveis. A Igreja é centralizadora e hierárquica, mas o pluralismo moderno acabou por entrar no campo católico, às vezes conflituosamente. A fundação da FIUC, por iniciativa de Pio XII, oficializada em 1949, foi impulsionada precisamente pela carência de um conceito explícito, não apenas canónico, de UC (Hellwig, 2001, pp.297/8); é provável que nunca haja *uma* definição consensual, até porque ela não depende apenas das UCs – depende também dos sistemas universitários em geral, nos diversos países, e das respectivas autoridades laicas. Na opinião de S. Caro, a Constituição Apostólica (CA) *Ex Corde Ecclesiae* (ECE), de 1990, foi uma tentativa de João Paulo II disciplinar as tensões e contradições existentes no assunto (2001, pp.78/9). De qualquer maneira, a diversidade persiste, inclusive associada a especificidades nacionais ou regionais. Nalguns casos, a lassidão do vínculo simplesmente católico exprime-se através da referência, formal ou não, “de inspiração cristã”. Não é raro que os desencontros dêem lugar a posições extremadas e a recíprocas críticas azedas nos meios católicos. Às vezes fico com a impressão de que, afinal, o adversário não desapareceu; era externo e agora é interno. “Os maiores críticos da Universidade Católica [Portuguesa] são católicos. Acontece o mesmo com a Rádio Renascença, que é outra instituição católica de sucesso”, disse-me em entrevista um professor da UCP, figura pública nacional. Talvez seja verdadeⁱⁱⁱ.

Creio não errar se afirmar que, ao invés do sucedido no século XIX, a relação com os sinais do tempo retirou univocidade à concepção de UC. Em termos simples: a secularização das sociedades ocidentais arrastou consigo a secularização das UCs. Tomo aqui o conceito de secularização como o tomam J. Casanova, D. Martin e, de certa maneira, M. Gauchet. Não significa perda, ou sequer declínio, da fé individual; tampouco significa privatização da religião, no sentido de ela ser purgada de voz legítima na praça pública. Significa, e só, a consumação da diferenciação entre o religioso e o secular, cada um com as suas legitimidades, as suas regras, as suas autoridades autónomas e mutuamente exclusivas por consenso. O que é da ciência é da ciência, o que é da crença é da crença; o que é do século é do século, o que é de Deus é de Deus. Mais em geral, o mundo emancipa-se da tutela eclesiástica – ocorre aquilo a que Marcel Gauchet chamou a “saída da organização religiosa do mundo”; um “fim da religião”, não da crença mas da “religião infraestrutura”. Mesmo dispondo de direito à palavra, e exercendo-o, às religiões depara-se um cenário talvez inédito: os indivíduos são religiosos mas a sociedade é atea na sua organização colectiva (Gauchet, 1985, pp.12; 1997, pp.133, 235). Como eu disse noutros lugares, foi criado um poderoso efeito de consequências imprevisíveis: o *mundo* tende a tornar-se a-religioso, o que quer dizer que deixa de ser profanável, pelo menos colectivamente. No mundo sem religião e na religião sem mundo, como é que se distinguem, fora da sacristia, um crente e um não crente? Não se distinguem, provavelmente. As instituições religiosas especializam-se em papéis religiosos e a consciência também. Claro que a solução é imperfeita, artificial até, e há quem se lhe oponha. É aí que nos apercebemos de que a religião atrapalha o mundo e o mundo atrapalha a religião. Nunca como nesses choques se revela a violência intrínseca à questão, que é também política e desencadeia anátemas recíprocos entre fracções. Em religião, o mistério é o mundo (Costa, 2006, pp.29, 30; 2011, pp.26, 33/4).

O que há de irónico, se não de perverso, neste fenómeno, é que a Igreja recebe de volta o conhecimento do mundo que dela se tinha emancipado. Aliás, não se limita a recebê-lo: recebe-o, reprodu-lo, produ-lo, ensina-

o, vende-o. É certo que, em princípio, se trata de conhecimento profano, ao qual a Igreja reconhece autonomia e do qual não quer permanecer ignorante, numa atitude que se pode chamar anti-obscurantista.

Porém, a questão tem os seus espinhos. O primeiro tem a ver com a natureza mesma do conhecimento “profano”, pois nem todos os saberes se deixam classificar assim, com a clareza, por exemplo, da álgebra. Ocorrem-nos logo as ciências da vida, com as implicações bioéticas que possuem. Mas existem outras áreas problemáticas. As ciências económicas são uma delas, e basta pensarmos no seu objecto para que tal se torne uma evidência. O insuspeito Michael Novak atesta-o sem reboço: a economia levada a sério é ou “passará a ser uma disciplina humanística” e os seus temas mais profundos “entusiasmam os filósofos e os teólogos”. Citando outro autor, coloca no âmago da economia política as escolhas humanas, que incluem sempre uma dimensão moral e acabam por intersectar a Doutrina Social da Igreja (DSI), cuja matriz releva da Teologia Moral, isto é, diz respeito ao âmbito moral e, também, ao espiritual (Novak, 2001, pp.145, 152). De uma maneira ou de outra, ao problema vem sempre desaguar a bipolaridade cristã entre mundo e fuga do mundo.

O segundo espinho vem no seguimento do primeiro. A “profanização” do conhecimento tem sido acompanhada de uma crescente especialização e de uma competição imparável. Já nos anos 1970, era receio dos bispos norte-americanos que, nos cursos *técnicos* das UCs, a especialização e a competição com as grandes universidades laicas excluíssem dos planos de estudos as disciplinas teológicas e filosóficas; esse era, todavia, o preço da abertura do ensino superior católico dos EUA ao grande exterior e aos filhos das elites sócio-económicas (Hellwig, 2001, pp.310, 330-332).

Para Urbano Zilles, a voragem da globalização exacerbou a competição e teve grande impacto nas UCs: a eficiência ascendeu a critério indispensável em qualquer escola superior de referência, pelo que os currículos centram-se cada vez mais nas *competências* de formação profissional e na empregabilidade, com sacrifício das de formação humanística e cristã. Se, sob pressão da crise financeira, minguem os financiamentos do Estado ou de mecenas, mais necessária será a “eficiência”, ou seja, a rentabilidade no imenso mercado da educação. Como os mercados existem para neles se transaccionarem mercadorias, o ensino torna-se uma mercadoria à venda, consumida como qualquer outra em termos de custo/benefício. Tanto a Santa Sé como a FIUC têm consciência do problema que é a mercantilização da vida universitária e, por isso, publicaram em 2004 um documento de alerta intitulado *Globalização e Ensino Superior Católico* (Zilles, 2001, pp.310-312).

Hanssens pode ter razão ao alvitrar que nas UCs houve mais mudanças forçadas do que desejadas (2001, pp.142/3), mas quando, a certa altura do processo, elas próprias galgam os escalões dos grandes *rankings* internacionais, alcandorando-se nos topos e prometendo fazer tudo para subirem ainda mais, deixam de ser olhadas apenas como vítimas ou, sequer, como cúmplices involuntárias. Já agora, diga-se que também competem entre si.

Em poucas palavras: a UC secularizou-se. Podemos até sustentar que se tornou uma força secularizadora. No grande sistema transnacional universitário, como se distinguem, fora da sacristia (i.e., da capelania) uma universidade católica e uma laica? Apetece responder como respondi atrás, a propósito de indivíduos: não se distinguem. A resposta é provocatória, mas esse não é um grande problema; o maior problema é o ser precipitada ao condensar a identidade católica de uma universidade nos seus planos de estudos. Se nos ativermos a este critério, a resposta pode ser verdadeira (fora dos cursos de ciências sagradas), embora não inteiramente e se depare com focos de resistência, os quais, paradoxalmente, parecem confirmar a minha tese de que, na vida secularizada, a religião atrapalha o mundo e o mundo atrapalha a religião. Olhando para os currículos que teimam em manter alguma cadeira “teológica”, fica a sensação de que a incluem como Pilatos no Credo, com os mais baixos créditos de todo o leque de estudos. Na Europa, o encolhimento inerente ao regime de Bolonha veio reforçar a tendência. Falando-me dos cursos de Economia/Gestão do seu Centro, dizia-me um capelão da UCP: “Se insistirmos demais nas disciplinas de cristianismo e de filosofia nos currículos, isso terá um preço na avaliação externa dos cursos”. É juízo que me parece verosímil, só que carente de ampliação: a avaliação não se restringe às agências formalmente competentes, antes abrangendo o público que procura a formação oferecida pelas UCs. Todos o sabemos: as melhores são escolhidas por serem as melhores e não por serem católicas. O próprio Reitor da UCP o reconheceu em entrevista à *Ecclesia*^{iv}.

Não disse nenhuma novidade. Se pensarmos em termos restritamente curriculares, as cadeiras e os módulos “religiosos” não passam de excrescências sem grande significado ao longo dos vários ciclos de estudos. É essa a força das coisas, ainda que ao arrepio do ensinado em CAs e do disposto nos Estatutos da UCP. A *ECE* obriga à inclusão da “dimensão moral, espiritual e religiosa” na investigação (n. 7), à orientação dos “estudiosos universitários” pelas “contribuições específicas da filosofia e da teologia” evitando o “fracionamento crescente do conhecimento no seio de cada uma das disciplinas académicas” (n. 16), à “promoção da justiça social” interpretando o Evangelho “pela doutrina social da Igreja” (n. 34). Já em 1965, a CA *Gravissimum Educationis* determinava que, nas UCs onde não houvesse Faculdade da Teologia, se fundasse Instituto ou cátedra da ciência sagrada que dessem “lições adaptadas também a alunos leigos”, das outras ciências (ciências que “progridem”), e que todos se fizessem “homens verdadeiramente notáveis pela doutrina (n. 10).

Por si mesma, a UCP obriga-se, pelos seus Estatutos, ao “enriquecimento mútuo das várias disciplinas, numa perspectiva de integração e de síntese do saber com a doutrina católica, promovendo continuamente o diálogo entre a fé e a razão”; à “preparação de quadros para a sociedade, mediante a adequada formação científica, profissional e deontológica inspirada na doutrina social da Igreja” (I, artº 3º); à “presença de disciplinas teológicas nos diversos planos de estudos” (II, artº 9º, n. 6). Como veremos adiante, bastas vezes as orientações e injunções enunciadas ficarão por cumprir.

Voltando acima, tanto na literatura como nas entrevistas que mantive, foi corrente a ideia de que o carácter católico de uma escola transcende, e muito, o nível dos planos de estudos e dos conteúdos programáticos. Um outro caminho foi já apontado na citação anterior da *ECE*: a investigação. Supõe-na atenta, em perspectiva teológica, à “dimensão moral, espiritual e religiosa”, que não simplesmente técnica, do fenómeno humano envolvido em qualquer ramo de saber, sugerindo que não pode prender-se apenas e só às solicitações do mercado, no que deverá distinguir-se da efectuada por universidades não confessionais ou, admitamo-lo, não católicas.

A extensão universitária é mais uma via de catolicidade possível, também mencionada na *ECE* (n. 12), encarada como serviço da instituição à comunidade envolvente, local ou não (as organizações não lucrativas e de solidariedade social foram invocadas a este propósito por alguns dos interlocutores).

Outra, ainda, é a pastoral, mobilizada por uma capelania universitária activa que ofereça sacramentos, espaços de oração, fóruns de reflexão cristã, diálogo com os universitários não católicos, voluntariado, catequese (não proselitista, mas empenhada em conversões quando oportunas).

Uma versão mais ampla da anterior propõe, no meio do pluralismo universitário, a prestação de testemunho crente através de oferta de cultura cristã, acessível e livre: conferências teológicas, jornadas de ética, bibliotecas criteriosas, abundância de disciplinas opcionais católicas, doutoramentos *honoris causa* selectivos, arte sacra no *campus*, debates atraentes, etc. Por analogia, tratar-se-ia de abrir a Igreja a todos na “cidade” secular.

Tem grande notoriedade a ideia de que os meios informais são mais importantes do que os formais na afirmação da identidade católica da universidade. Inclusive para a transmissão da fé, o jesuíta M. Azevedo deixa em segundo plano o saber sobre a fé e a sua expressão religiosa, em favor do relacionamento humano livre, justo, verdadeiro e feito de amor. Como testemunho no mundo pluralista, é indispensável pois significa que a fé está viva – nas universidades, assim como nos países “católicos” (1990: 79-84). Estaria aqui o *ambiente* de que me falaram vários responsáveis da UCP, o autêntico formador do carácter dos estudantes. O que é que caracteriza esse ambiente? Meia dúzia de traços: seriedade, honestidade académica, disciplina, culto da excelência, professores exemplares, costumes sãos, respeito pela ética. Se interiorizados, tais princípios perdurarão mais do que a existência de missa ou não no *campus* e do que uma cadeira teológica no meio do percurso académico, penetrando inclusive nos estudantes não crentes (cf. tb. Hellwig, 2001, p.332).

É claro que há outros entendimentos do que deve ser o serviço das UCs à Igreja e ao mundo. Um deles é o *progressista*, condensado em tópicos iniludíveis: opção preferencial pelos pobres (e não pelas elites, com reflexos no recrutamento de alunos desfavorecidos), cumprimento do disposto na *ECE* quanto à promoção da justiça social e de “uma nova ordem económica e política” (n. 32), particular atenção à DSI (*idem*, n. 34)

bem como ao mundo laboral, não anatemização da Teologia da Libertação, combate às desigualdades. Existe, igualmente, uma concepção *conservadora* apostada no controlo romano das instituições (cf. Teixeira e Audy, 2001, *passim*; Gleason, 2001, pp.291/2; Kerkhops, 2001, pp.104, 111; Hellwig, 2001, pp.300).

Como é inevitável, qualquer das opções reflecte-se no recrutamento de professores e investigadores. Num mesmo artigo, Jan Kerkhops, ao percorrer as UCs belgas e os respectivos perfis (com notórias diferenças entre si), refere o quanto eles influenciam o preenchimento dos quadros docentes (2001, pp.112/5). E tanto Monika Hellwig como Phiplip Gleason (2001; 2001) descrevem o longo processo, por vezes conflituoso, que envolveu muitas UCs norte-americanas e a Sagrada Congregação Para a Educação Católica: o problema, que partia do conceito de UC, não tardou a fixar-se no vínculo que ela deveria ter ou não, à hierarquia eclesiástica, mesmo nas faculdades de ciências profanas não erigidas eclesiasticamente, com os inerentes reflexos na liberdade de contratação de pessoal e na autonomia para a escolha do reitor. Os cânones 808 a 810 corporizam em letra de forma os esforços vaticanos para manterem até onde for possível o controlo dos recursos humanos nas instituições de ensino superior católico.

Os mesmos esforços estão vertidos, em linguagem menos injuntiva, na *ECE*, estipulando a “fidelidade pessoal à Igreja” por parte dos universitários católicos e “o respeito do carácter católico da instituição” por parte dos restantes (I, n. 27), ao mesmo tempo que considera os bispos agentes não externos mas participantes da UC (I, n. 28); quanto aos seus quadros, é taxativa: “exige (...) o recrutamento do pessoal universitário adequado – especialmente dos professores e do pessoal administrativo” (II, artº 4, § 1).

Mais em concreto, os Estatutos da UCP, que a definem como “uma instituição da Conferência Episcopal Portuguesa” (artº 1º, 1), atribuem ao Magno Chanceler (Patriarca de Lisboa) a incumbência de “Conferir mandato ou *nihil obstat* a professores e outros docentes” (salvo o previsto na *CA Sapientia Christiana* para as universidades eclesiásticas e o ensino da fé, que remete aquela competência para a Santa Sé) (artº 23º, n.3, h). Normalmente, ao abrigo do nº 4 do artº 23º, esta tarefa é delegada nos bispos locais, que, em princípio, ratificam as escolhas feitas, já com critério, pelas autoridades das escolas e dos Centros.

Voltemos ao título deste artigo e aos seus primeiros parágrafos, quando perguntava o que é uma UC secularizada, com ensino profano especializado, competitiva no mercado global, apta nos princípios de eficiência/rentabilidade em relação à própria questão e, por tudo isto, dada à polémica da sua identidade. Forçado, por limitação de meios, a seleccionar uma parte do universo da UCP, escolhi as escolas de Economia/Gestão por razões já afloradas atrás e que têm a ver com a natureza mesma do seu âmbito científico-profissional. Assim, foram alvo privilegiado da minha atenção a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais/Católica Lisbon School of Business & Economics (Centro Regional de Lisboa), a Faculdade de Economia e Gestão/Católica Porto Business School (Centro Regional do Porto) e o Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais (do Centro Regional das Beiras, que oferece uma licenciatura e um mestrado em Gestão, além de um curso não graduado em Gestão da Qualidade)^v.

Para além de ter estudado os respectivos planos de estudos, entrevistei oito responsáveis e/ou professores da Universidade: Reitor, dois Directores de Centros Regionais, um Director de Departamento, um Director de Licenciaturas, um Director de Curso de Mestrado e dois professores (ambos figuras públicas, sendo um deles bispo). Entrevistei também os Capelães dos quatro Centros e, aproveitando as minhas deslocações à UCP, conversei com dezena e meia de estudantes dos cursos em questão de Lisboa e Porto.

Falei ainda com quatro críticos da UCP, todos da área do *catolicismo progressista*; dois são ex-alunos e ex-professores da instituição (da área das Humanidades), um é ex-professor (de Economia) e outro, não a tendo frequentado, conhece-a bem (aliás, como conhece todo o campo católico nacional). Falta-me ainda entrevistar críticos pertencentes ao *catolicismo integrista*.

A fim de que os planos de estudos da UCP não fossem vistos isoladamente, comparei-os com os de oito UCs estrangeiras, consideradas “de referência” quer por reputação geral, quer por empenho na definição da sua identidade segundo documentos da própria FIUC (cf. Teixeira e Audy, 2001, p.120), quer ainda por notoriedade obtida em polémica pública recente. Ei-las: Université Catholique de Louvain (UCLouvain

(francófona)), Katholiek Universiteit Leuven KULeuven (flamenga)), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC/Chile), Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUC/Peru)^{vi}, Catholic University of America (Cath.UAmerica) e University of Notre Dame (N.Dame).

Na mesma linha, para não isolar as UCs das restantes universidades cristãs, recolhi planos de estudos de três universidades protestantes, todas estrangeiras (não as há em Portugal). Uma é norte-americana – a South Methodist University – e foi escolhida por dois motivos: por um lado, segundo texto da FIUC, nos EUA, as universidades protestantes têm meio século de avanço sobre as católicas em termos de secularização do ensino (cf. Gleason, 2001, pp.283/4, 290/5); por outro, aparece bem classificada em *rankings* de economia e gestão, como se pode constatar no seu *site* oficial. Duas são brasileiras e foram seleccionadas por critérios de reputação que recolhi junto de colegas brasileiros: U. Metodista de Piracicaba e U. Presbiteriana Mackenzie.

Como a UCP faz parte do sistema universitário português, incluí na amostra de planos de estudos seis escolas públicas portuguesas, tendo em conta o bom nome de que gozam, algumas, de resto, há muito tempo. São elas: Instituto Superior de Economia e Gestão da U. Técnica de Lisboa (ISEG), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Nova School of Business & Economics da U. Nova de Lisboa (UNova), Faculdade de Economia da U. Coimbra (UCoimbra), Faculdade de Economia da U. Porto (UPorto), Escola de Economia e Gestão da U. Minho (UMinho).

O todo perfaz 18 universidades. A amostra, criteriosa mas arbitrária, só se representa a si mesma.

A análise curricular partiu da distinção básica entre disciplinas *técnicas* e *não técnicas* que, em geral, foi simples. As técnicas foram consideradas em bloco (Macroeconomia, Microeconomia, Estatística, Finanças, etc.). As não técnicas foram divididas em 10 áreas que julguei pertinentes:

1. Teologia/Cristianismo;
2. DSI/Ética Cristã;
3. Ética (Geral);
4. Ética e Responsabilidade Social (ERS)/Ética Profissional;
5. Filosofia (Geral);
6. Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia Social, História Contemporânea, Multiculturalismo, etc.);
7. História do Pensamento Económico/Hist. Económica;
8. Desenvolvimento/Desigualdades (Economia do Desenvolvimento, Desenv. Regional, Território, Ambiente, Desigualdades);
9. Economia Social/3º Sector;
10. Pobreza/Exclusão Social.

Dada as minhas limitações de investigador isolado, não me foi possível abarcar todos os cursos oferecidos pelas escolas em questão. Na medida do possível, evitei cortes puramente arbitrários. Por exemplo, havendo mais do que um pólo, privilegiei cursos do principal (com excepção da UCP, tomada em todos os Centros pertinentes); na coexistência de um curso (1º Ciclo) generalista com outros especializados, tendi a escolher aquele para facilitar a sua comparação com os homólogos da UCP, também generalistas.

Ao nível de estudos de graduação trabalhei com 33 licenciaturas.

Na pós-graduação, o panorama dos mestrados é mais complexo do que o anterior, desde logo por causa das suas designações, que nem sempre são inequívocas. O “Master” propriamente dito, da tradição inglesa, ao lado do “Master of Arts”, deu lugar a diferenciações várias e a ambiguidades que atingem a noção mesma de grau académico, como acontece com certos “Masters” que não conferem grau mas que dão acesso privilegiado a programas complementares que o garantem^{vii}; é possível que, contra a minha intenção, devido à confusão instalada, tenha incluído no estudo algum destes cursos sem grau. Acresce que a oferta formativa a este nível costuma ser maior, quando não muito maior, do que a das licenciaturas. É comum tal variedade resultar de ramificações de 2 ou 3 troncos de base. Além disso, sabe-se que a oferta em catálogo não se efectiva na íntegra num ano lectivo, seja porque exige um mínimo de alunos para cada curso, seja porque a gestão de recursos docentes fecha várias opções logo à partida. O conjunto ascende a 102 planos de estudos.

Porém, o seu manuseio é mais simples do que o das licenciaturas porque tem menos cadeiras e porque, conforme vimos, muitos partilham um tronco comum; por isso, analisei-os na generalidade, sem rasuras.

Quanto aos MBAs, uma avaria informática fez-me perder muita informação das universidades estrangeiras, problema que remediei por processos que não cabe expor aqui. Colig, ao todo, 38 cursos, que comparei entre si. Foram excluídos 8 por informação deficiente.

Na Formação de Executivos (FE) restringi-me a 3 universidades portuguesas – UCP (Lisboa e Porto), ISEG e UPorto – devido à profusão de cursos em catálogo: só neste lote estão 97 cursos, na maioria da UCP, a qual se posiciona como a grande escola portuguesa na área, de onde provém parte considerável dos seus rendimentos, segundo um professor do Centro de Lisboa. Neste âmbito, escapei às balizas temporais pré-definidas (v. adiante) porque se trata de cursos fora da lógica restrita do ano lectivo; são apresentados em pacotes de horas – há-os de 3 ou 4 horas, de 10, 40 ou 50 horas, por exemplo, poucos sendo os que ultrapassam a centena de horas (o período de acesso à informação decorreu de 18. Maio. 2012 a 07. Junho. 2012).

Os doutoramentos não foram incluídos na pesquisa por causa da dificuldade (quando não impossibilidade) em compará-los. Desde logo, existe mistura de regimes de formação, ora em curso, ora em tutoria; ademais, os planos de estudos dos cursos são, amiúde, muito lacónicos (apesar de permitirem concluir pela ausência de unidades curriculares de *Cristianismo* e de *DSI*)

Nos *sites* da UCP consultei também as fichas individuais dos docentes e investigadores dos três Centros em apreço, nas quais os próprios seleccionam o que consideram relevante em termos de publicações, áreas de interesse científico, percursos profissionais, prémios. Algumas fichas estavam por preencher, no todo ou em parte; outras, à época da consulta (29. Novembro. 2011 – 06. Dezembro. 2012), não eram actualizadas havia anos. Tive em conta, no esboço dos perfis vocacionais, toda a informação disponível nas fichas dos 199 elementos listados que não se encontravam completamente em branco (apenas 22).

Era minha intenção trabalhar com dados relativos ao ano lectivo de 2011/2012, recolhendo-os entre Outubro e Dezembro de 2011. Cedo me apercebi de que tal intento era inviável, desde logo pela diferença de regimes lectivos entre os hemisférios Norte e Sul, mas não só por isso. Mesmo entre os *sites* das escolas do Norte, a informação era heterogénea. Uma vez referia-se ao ano lectivo de 2010/2011; outras, ao de 2011/2012; algumas nem indicavam ano lectivo de referência. Decidi, então, lidar com a informação disponibilizada nos últimos dois meses e meio do ano civil de 2011, fosse qual fosse a sua localização no ciclo dos anos académicos. Era esta a homogeneidade possível dos dados face à impossibilidade de obter outra, mais adequada (entrando por 2012 adentro, algumas universidades passaram a difundir informação relativa a 2012/2013, apagando a anterior, já obsoleta). Assim, o grosso dos planos de estudos aqui analisados foi extraído entre 19. Outubro. 2011 e 30. Dezembro. 2011, com uma extensão entre 06. Janeiro. 2012 e 10. Janeiro. 2012 para preenchimento de lacunas. Devido à já mencionada avaria informática, na parte dos MBAs tive de sair um pouco destes limites temporais (no relatório final, que não neste, explicarei os procedimentos de controlo que usei a fim de minimizar os danos.

Brevíssima sinopse dos dados
(apenas de planos de estudos e fichas de docentes da UCP)

A) Em si mesma, a UCP revela, nos planos de estudos das licenciaturas, pouca propensão para incluir disciplinas da *Teologia/Cristianismo*, quase nenhuma para as de *DSI/Ética Cristã* e de *Pobreza/Exclusão Social*, e nenhuma para as de *Filosofia (Geral)*. Pelo contrário, mostra receptividade para cadeiras de *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*, de *Ciências Sociais* e de *Economia Social/3º Sector*. Estas tendências notam-se bem no cotejo com as outras universidades da amostra.

Em relação às congéneres católicas, fica em desvantagem nas áreas de *Teologia/Cristianismo* e *Filosofia (Geral)*; na de *DSI/Ética Cristã*, a desvantagem é minimizada pelo facto de tal área estar a cair em desuso um pouco por todo o lado no ensino económico católico. A vantagem portuguesa revela-se nas *Ciências Sociais*, na *História do Pensamento Económico/Hist. Económica* e, sobretudo, na *Economia Social/3º*

Sector; em matéria de *Pobreza/Exclusão Social*, as UCs estrangeiras ultrapassam a escassa receptividade da UCP, aproximando-se do zero (receptividade nula). Já nas áreas da *Ética* profana existe equilíbrio.

Face às protestantes, a UCP mantém a destacada superioridade na *Economia Social/3º Sector* e, embora um pouco menos, na *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*, repetindo o empate na *ERS/Ética Profissional*; na *Ética (Geral)* existe uma certa vantagem protestante. Equilibrada é a situação nas *Ciências Sociais*. Quanto ao resto, não posso deixar em claro situações de superioridade ou inferioridade ilusórias porque baseadas em excepções ao desuso absoluto: em *Teologia/Cristianismo* e *Pobreza/Exclusão Social*, a UCP, pouco atreita a estas áreas, consegue ficar acima das protestantes, relação que se inverte na *Ética Cristã*. Também a *Filosofia (Geral)* praticamente desaparece numa e noutras.

Comparativamente com as universidades públicas portuguesas, a UCP repete a clara vantagem em *Economia Social/3º Sector* e em *História do Pensamento Económico/Hist. Económica*. Mantém ascendente na *Ética (Geral)* e, menos, na *ERS/Ética Profissional*, o que vem desmentir a ideia de que a UCP é mais laxista na componente ética do ensino económico do que as universidades laicas. Em *Ciências Sociais* e *Desenvolvimento/Desigualdades* existe alguma propensão de maior acolhimento na UCP. A área rarefeita da *Pobreza/Exclusão Social* confere superioridade residual à UCP, enquanto a de *Filosofia (Geral)* só não está extinta porque nela inclui a disciplina de “Critical Thinking” dos cursos da UNova.

B) Nos mestrados, a formação cristã desaparece em todas as escolas católicas e protestantes da amostra. A tendência para os cursos exclusivamente técnicos aumenta neste patamar (são 55% do total), sobretudo nas universidades públicas. As proporções de cursos sem formação de *ERS/Ética Profissional* são de 2/3 nas UCs e de 4/5 nas públicas. São estas últimas, todavia, que mais acolhem disciplinas/módulos opcionais ligados às temáticas de *Desenvolvimento/Desigualdades* e *Pobreza/Exclusão Social*.

C) Chegando aos MBAs, aumenta o peso da formação exclusivamente técnica, que atinge 63% do total dos cursos: 50% dos católicos, 50% dos públicos e 80 % dos protestantes. Os casos “não exclusivamente técnicos” costumam sê-lo por incluírem um módulo de *ERS/Ética Profissional* nos currículos. E o *Cristianismo* continua desaparecido.

D) No nicho da FE, o ensino reforça a tendência para se centrar apenas na componente técnica, sem grandes diferenças entre a UCP e as universidades públicas portuguesas. Particularizando: são técnicos, e só, 66% dos cursos da UCP/Lisboa e 89% dos da UCP/Porto. Acrescento: são 100% profanos.

E) A informação declarada nas fichas biográficas de professores e investigadores da UCP está em consonância com a configuração geral dos cursos acabada de expor: só 10% deles se afasta do tipo unicamente técnico, pelo menos em matéria julgada relevante pelos próprios, destinada a divulgação pública.

Bibliografia

- Azevedo, M. (SJ) (1990). Universidade Católica e Transmissão da Fé Cristã. *Perspectiva Teológica*, 22, 69-88.
- Boné, É. (2001). Commentaire. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 201-209). Paris: FIUC.
- Caro, J. M. S. (2001). Comentario: Las Universidades católicas españolas entre las Francesas y las Romanas. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 63-84). Paris: FIUC.
- Costa, J. (2006). *Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais – focolares, carismáticos e neocatecumenais em Braga*. Porto: Afrontamento.
- Costa, J. (2011). “O Zapping do Cristão”. In A. M. Brandão & E. R. Araújo (Orgs.), *Intersecções Identitárias* (pp. 21-35), V. N. Famalicão: Húmus.
- Gauchet, M. (1985, décembre 75). Le Religion de la Sortie de la Religion. *Autrement*, 12-17.
- Gauchet, M. (1997). *Le Désenchantement du Monde – une histoire politique de la religion*. França: Gallimard.

- Gleason, P. (2001). American Catholic Higher Education Since World War II. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 269-295). Paris: FIUC.
- Kerkhofs, J. (2001) Les universités catholiques de Belgique et des Pays-Bas depuis 1945. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui*, (pp. 85-126). Paris: FIUC.
- Hanssens, V. (2001). Commentaire. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 139-148). Paris: FIUC.
- Hellwig, M. (2001). The American Catholic University and the Apostolic Constitution Ex Corde Ecclesiae. In *Actes du Premier Symposium du Project: Université, Eglise, Culture. D'un Paradigme à un Autre, l'Université Catholique Aujourd'hui* (pp. 297-341). Paris: FIUC.
- Maroy, C. et al (1996). *La Foi et le Métier: Transactions Symboliques dans les Institutions Chrétiennes. Cahiers Internationaux de Sociologie*, 100, 91-124.
- Moura, M. L. B. (2007, 3). *A I República e a Igreja Católica – A impossibilidade de um compromisso. Noroeste. Revista de História*, 169-185.
- Novak, M. (2001). *A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo*. Cascais: Principia.
- Roleau, J.-P. (1984). Mouvements et Ordres Religieux Aujourd'hui. In Roleau, J.-P. & Zylberberg, J. (Dir.), *Les Mouvements Religieux Aujourd'hui – théories et pratiques* (pp. 175-205), Montréal: Les Éditions Bellarmin.
- Teixeira, F. B. T. & Audy, J. L. N. (2006). *Universidade Católica: Entre a Tradição e a Renovação*. Paris: FIUC.
- Zilles, U. (Pe) (2007, Abril 266). A Globalização e a Universidade Católica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 305-317.

Nota: as fontes para os currículos dos cursos foram os *sites* institucionais das diversas universidades, cujos endereços, não reproduzidos aqui por falta de espaço, são acessíveis ao público.

ⁱ Formulação feita por um bispo professor da UCP em entrevista pessoal.

ⁱⁱ http://www.kuleuven.be/about/mission_statement.html (23. Abril. 2012) e <http://www.fusl.ac.be/sl/727.html> (29. Julho. 2012)

ⁱⁱⁱ Nos críticos da UCP, aquele professor incluiu alguns bispos, sem os nomear. “Os senhores bispos, infelizmente, são muito ignorantes em assuntos económicos”.

^{iv} <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=73168> (22.11.2011).

^v O Centro Regional de Braga abriu um “Master em Administração e Gestão do Turismo” pela primeira vez em 2011/2012, curso de que só tomei conhecimento depois de planeada e aprovada em Conselho Científico a presente investigação (efectuada em licença sabática).

^{vi} Entretanto, no passado dia 21 de Julho de 2012, a Santa Sé retirou a esta universidade os títulos de “Pontifícia” e “Católica”, no culminar de um processo de conflito que já levava algum tempo.

^{vii} É o que acontece com o “Master em Administração e Gestão do Turismo” da UCP/Braga e com os “Mestrados Executivos” do ISCTE.